

Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

DOSSIÊ

Políticas de Ações Afirmativas:
experiências e desafios

v.30 n.1

Jan-Jun/2020

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA

Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos UFRJ

Paula Ferreira Poncioni UFRJ

EDITORES AD HOC V.30 N.1

Kátia Sento Sé Mello UFRJ

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Lois Mailou Jones (1905-1998)
Heritage, 1936.

Publicação indexada em:

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br

[@revistapraia vermelha](https://www.instagram.com/revistapraia vermelha)

(55) (21) 3938-5386

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)





Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).



Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

Sumário

	Apresentação	5	
	<i>Patricia Silveira de Farias & Kátia Sento Sé Mello</i>		
DOSSIÊ	Ações Afirmativas como interface dos direitos humanos e sua presença na legislação brasileira	9	
	<i>Marcio Toledo Rodrigues</i>		
	Lutas por Direitos em Campos de Poder: em foco o Conselho Estadual dos Direitos Indígenas-RJ	34	
	<i>Ludmila Maria Moreira Lima</i>		
	Formação militante e ação afirmativa: reflexões sobre a prática e o projeto da Educafro	62	 Você está aqui.
	<i>Márcia Leitão Pinheiro & Elielma Ayres Machado</i>		
	Trajetória do Ensino Superior Brasileiro: Retrocessos e Desigualdade no Acesso à Educação	88	
	<i>Nino Rafael Medeiros Kruger & Isabela Baptista Alves</i>		
	Ação Afirmativa, Memória e Reconhecimento: Relações Raciais e Experiências Negras nas narrativas do Rap	115	
	<i>Jéssica Hipólito, José Jairo Vieira & Andrea Lopes da Costa Vieira</i>		
TEMAS LIVRES	A condição de classe em debate: reflexões teóricas e históricas	138	
	<i>Thiago Bazi Brandão</i>		
	O sub-registro de nascimento e as ações para sua erradicação na cidade do Rio de Janeiro	163	
	<i>Vinicius Monteiro Oliveira de Souza</i>		
	Trabalho Do(c)ente: a saúde dos professores da educação superior pública	187	
	<i>Alzira Mitz Bernardes Guarany</i>		
ENTREVISTA	Mary Garcia Castro	212	
	<i>por Andrea Moraes Alves</i>		

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Formação militante e ação afirmativa: reflexões sobre a prática e o projeto da Educafro

Educafro
Ações Afirmativas
Educação
Militante

O artigo se dedica a refletir sobre como a rede de cursos Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro) relaciona seu estudante num contexto de luta em defesa das políticas afirmativas. Para tanto, ela empreende ações que corroboram experiência social e política para os estudantes, que se tornam *militantes/ativistas*. Utilizamos entrevistas em profundidade, descrição etnográfica, análise de materiais audiovisuais e textuais, que evidenciam a concepção e as interações narrativas e espaciais estabelecidas por essa rede de ensino em prol de políticas de ação afirmativa na educação brasileira.

Márcia Leitão Pinheiro

Professora e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado (Lesce) da UENF. Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pela UFRJ.
marcialpx@hotmail.com

Elielma Ayres Machado

professora do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Faculdade de Educação da UERJ - Campus Maracanã. É Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pela UFRJ.
ayres.elielma@gmail.com

Militant education and affirmative action: reflections on Educafro's practice and project

The article reflects on how Educafro (a Brazilian network of courses directed to Afrodescendant and low-income people) relates its student in a context of fight in defense of affirmative actions. For this purpose, it undertakes actions that corroborate social and political experiences for students that become militants/activists, which are presented with a mode of action that comprises specific procedures, dialogues, actions and values. We used interviews, ethnographic description, and analysis of audiovisual and textual materials, which highlight the conception and the narrative and spatial interactions established by this education network in favor of affirmative action in Brazilian education.

Educafro
Affirmative Actions
Education
Militant





No Brasil, a década de 1970 contou com o surgimento de organizações civis negras que tiveram e têm relevância para as lutas em prol de direitos coletivos como os pertinentes ao reconhecimento de práticas culturais, direitos à terra e à educação formal. Neste caso, podem ser relacionadas ações de reivindicação e de defesa de mecanismos voltados a ampliar a presença nas universidades públicas brasileiras daqueles considerados hipossuficientes: negros e indígenas, por exemplo. Entre essas organizações civis cabe mencionar a rede de cursos Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), ligada à Igreja Católica, criada no final da década de 1980, e reconhecida como integrante do movimento negro brasileiro. Essa rede de curso de educação dialoga com o quadro de desigualdade nacional que tem registrado alguma alteração em relação ao acesso ao ensino superior da população negra, considerando as políticas afirmativas (raciais e/ou sociais) implementadas nas universidades públicas (Telles; Paixão, 2013).

Com iniciativas nos estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, de São Paulo e no Distrito Federal, a rede de educação tem relação com o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC). Este surgiu nos anos 1990 e tinha por objetivo promover a inclusão universitária da população autodeclarada negra e pobre. A produção acadêmica sobre o PVNC versa sobre os estudantes e os profissionais que o formam ou o integraram, cooperando para o entendimento da atuação de seus membros no que se refere à educação formal e na formulação de políticas públicas por eles engendradas (Guimarães, 1999; Maggie, 2001; Contins, 2004; Salvador, 2011). Entre os movimentos organizados em prol da promoção de segmentos populares e autodeclarados afrodescendentes à educação formal, a Educafro pode ser mais bem pesquisada por suas ações e articulações que têm sido conduzidas.

Observamos que a referida rede de cursos de educação não focaliza somente os conteúdos escolares e sua audibilidade, pois acrescenta a experiência cultural e política em seu fazer educativo. Ela visa à *formação* de seus integrantes como parte da defesa e aprimoramento das ações afirmativas e, para tanto, estabelece espaço de encontro e sociabilidade, realiza caminhadas por ruas da capital do país, visitas a prédios públicos e encontros com autoridades, entre outras atividades.

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado



Neste artigo, procuraremos refletir sobre a prática educativa da Educafro e como esta se relaciona com o campo das políticas de diversidade. Para tanto, será visto: a) como ela se insere em espaço caracterizado por práticas de conversação, procedimentos e rituais laicos a fim de questionar e assegurar a aplicação das políticas de ações afirmativas; b) como a condição de estudante abrange a participação em espaços de reivindicação por educação e valorização cultural; c) o que resulta quando ela relaciona concepção, lugares e valores religiosos com luta por direitos e presença na dimensão laica.

Para a elaboração deste artigo, arrolamos a descrição da reunião mensal com os estudantes, entrevistas com as lideranças da Educafro e focalizamos atividades realizadas por ela entre 2015-2016, como sua reunião mensal na cidade do Rio de Janeiro. Também recorremos a materiais textuais e videográficos disponibilizados em canais da internet, com destaque para o documentário *Militância Educafro*, realizado em 2015 e acessível no canal Educafro presente no *Youtube*, e que trata da viagem à capital do país, um procedimento também adotado em anos posteriores (2017, 2018 e 2019). Esses materiais não são vistos como ilustrações, mas veiculam apropriações, práticas e sentidos em circulação no interior da rede de cursos de educação. Contemplar esse conjunto de atividades favorece ao pesquisador amplificar sua capacidade de ver e ouvir de modo que possa delinear e tratar temas e questões contemporâneas.

O artigo está estruturado em quatro (04) partes distintas, porém interligadas; em um primeiro momento, apresentamos o interesse inicial para a elaboração do artigo, ressaltando as especificidades da organização e a forma como dialoga com o movimento social do curso pré-vestibular popular (CPVP). Em seguida, procuramos relacionar a rede de cursos de educação a contexto político mais amplo caracterizado por defesa de direitos. O terceiro ponto compreende três momentos: o primeiro está voltado à reflexão sobre etnografia, sobretudo quando são contemplados arquivos digitais. A seguir enfatizamos a observação empírica da reunião mensal; depois, ao recorrer ao vídeo produzido, descrevemos a viagem a órgãos públicos federais. Nas considerações finais, abordamos a especificidade e a densidade da *formação* de estudantes, com a inclusão de questionamentos suscitados que apontam para a continuidade da pesquisa sobre o tema, pois,

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado



como pretendemos ressaltar, ainda há muito a ser investigado sobre as intersecções envolvendo a construção de alteridades, de identidade e a formação de indivíduos e de grupos na sociedade brasileira nos dias atuais.

Educação, inclusão e diversidade: breve contexto

Para localizarmos o nosso interesse, torna-se necessário mencionar que, em 2012, aconteceu na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) o *Seminário 10 anos de Ação Afirmativa no Brasil*, com a finalidade de debater a democratização do ensino superior no país. No encontro, foram apresentados conquistas e desafios a serem enfrentados, tais como: a garantia de leis obtidas nos últimos anos e a forma de assegurar o respeito à diversidade local, regional e nacional de populações afrodescendentes e indígenas, sobretudo com respeito às práticas culturais e seus valores - que marcam a densidade das ações afirmativas. Com a participação de estudantes - principalmente negros e indígenas - e de representantes de universidades brasileiras envolvidas na promoção de políticas de ação afirmativa, até aquele momento, o seminário foi marcado também por homenagem a personalidades comprometidas com a ampliação do acesso ao ensino superior no país. Aos homenageados foi concedida a Ordem Latino-Americana pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

O que chamou a nossa atenção foi o fato de que, entre os agraciados, apenas um representante de organização da sociedade civil, especificamente frei David dos Santos, teve sua cooperação reconhecida pela relevância para as políticas de ação afirmativa na sociedade brasileira¹, estabelecidas no início dos anos 2000.

Frei David dos Santos - ou frei David, como é mais conhecido - dedica-se à educação desde a década de 1980 e dirige a Educafro, surgida, formalmente, na década de 2000. Desde o início, essa organização do movimento negro tem por objetivo promover a *inclusão* universitária da população *negra e pobre* e o *respeito à diversidade étnico-racial e cultural*. Em seu site, a rede de educação afirma estabelecer ações que envolvem cursos comunitários voltados à preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e vestibulares promovidos por instituições de ensino universitário - públicas ou privadas - e bolsas para cursos de graduação e pós-graduação.

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





Além das disciplinas pertinentes ao desenvolvimento de habilidades e competências para os exames de seleção – como física, biologia, inglês, português, por exemplo, – a Educafro compreende ainda a oferta da disciplina *cultura e cidadania*, que envolve debate sobre políticas públicas e questões étnico-raciais, entre outros conteúdos. Por fim, ela organiza viagens e manifestações em defesa das políticas de ação afirmativa e sua ampliação, como será visto adiante.

Para compreendermos o que é a Educafro, precisamos retomar a vigência de um movimento social conhecido por Curso Pré-Vestibular Popular (CPVP), que surgiu em meados da década de 1980 e adquiriu consistência nos anos de 1990 (Zago, 2008). Tal movimento vem sendo desenvolvido por universidades, organizações não governamentais (ONG's), projetos sociais de natureza voluntária e grupos religiosos. O CPVP tem por característica o preparo educacional de integrantes das camadas populares, especificamente aqueles que não apresentam condições materiais para assegurar educação escolar e aprovação na seleção para o ensino universitário.

No início da década de 1990, surgiu um pré-vestibular numa igreja católica localizada na Baixada Fluminense, região do estado do Rio de Janeiro. Pouco depois passou a ser conhecido por Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) e no final da mesma década, aproximadamente entre 1997 e início de 2000, foi criada a Educafro. Apesar de estar voltada à inclusão pela educação e ao preparo para a seleção às universidades com o ensino de conteúdos disciplinares, ela guarda especificidades em relação ao PVNC, pois também desenvolve atividades que enfatizam temas como reconhecimento cultural, discriminação racial, racismo e preconceito social. Suas atividades ressaltam a formação política, a construção de identidade – aquisição de conhecimentos culturais e históricos – e o fortalecimento da autoestima, embasando modos de sociabilidade (Nascimento, 2005).

Ao considerar seus objetivos, a rede de cursos de educação concede à educação escolar vigente no país *locus* privilegiado para os *afrodescendentes*, que são compreendidos como sendo *negros e/ou pobres*, para que possam integrar plenamente a sociedade brasileira. Isso abarca o direito de participar de todas as etapas da educação escolar e também o reconhecimento

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





das práticas culturais afro-brasileiras. Isto é, dizendo-se voltada à cultura negra, a Educafro afirma corroborar a *formação de consciência das novas gerações* e, por esse motivo, enfatiza a *etnopedagogia*: métodos e diretrizes que promovam uma educação atenta à história, aos valores, às tradições e à cultura. Tal concepção pedagógica é vista como fundamental para a condução de uma educação constituída por elementos como *resistência e historicidade* (Educafro, 2009, p. 26-32), portanto considerada também adequada à superação das situações de exclusão social e histórica.

A partir do exposto, observamos que a *formação* e a atuação da Educafro devem ser entendidas no interior de um contexto político-social que informa as organizações do movimento negro na luta antirracista. A compreensão de determinadas práticas e concepções que embasam a atuação da rede de cursos de educação pode ser conduzida ao contemplarmos que elas estão relacionadas a questões políticas mais amplas, a saber: a configuração jurídico-política instalada no país; o histórico de luta inscrito pela população negra organizada em associações integrantes do movimento negro; a contribuição de conferências internacionais contra o racismo e discriminações; as influências do multiculturalismo e da interculturalidade no delineamento de políticas e de práticas educativas na sociedade brasileira, como será visto na próxima seção.

Política, legislação e movimentos negros

A Constituição Federal de 1988 (1988), que estabelece artigos dedicados à igualdade, ao repúdio ao racismo, à relevância da pluralidade étnica e ao direito fundiário das comunidades remanescentes de quilombos, tem sido referência para a implantação de ações antirracistas e antidiscriminatórias relacionadas à esfera governamental e à sociedade civil. O Brasil registra, contudo, diferentes modos de governos tratarem as demandas por direitos apresentadas por organizações civis, especificamente aquelas que integram o movimento negro.

O governo de José Sarney, iniciado em 1985, circunscreveu as demandas mencionadas à Fundação Cultural Palmares, criada em 1988, ligada ao Ministério da Cultura e voltada à promoção da cultura afro-brasileira. O governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, as alocou na Secretaria de Direitos Humanos e,

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





por meio de decreto, criou o Grupo Interministerial para promover ações voltadas à população negra (Guimarães, 2007). Além disso, deu-se, de acordo com Santos (2014), a criação do “Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação”, a fim de discutir ações voltadas ao combate da discriminação no campo do trabalho. Ainda ocorreu incentivo ao seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos” para a discussão das discriminações raciais, mas não se pode dizer que tais medidas integraram ações afirmativas. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, aconteceram iniciativas no âmbito da educação, – ponto este ao qual retornaremos mais adiante –, que evidenciam outra disposição diante das reivindicações de movimentos sociais negros. Como exemplo, podemos citar a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Guimarães, 2007).

Além da ação estatal, torna-se necessário focalizar o cenário contra o racismo, as desigualdades e ainda a defesa de direitos sociais, quadro este formado por organizações do movimento negro no Brasil. As organizações surgidas no final dos anos de 1970 prosseguiram nos anos de 1980 e 1990 (Alberti e Pereira, 2007) com essa agenda, que foi relevante para a presença negra na esfera pública (Avritzer e Gomes, 2013), como ocorreu com o Movimento Negro Unificado (MNU). Sua característica era o destaque à consciência racial, à luta por direitos civis efetivadas nos Estados Unidos, ao movimento pela negritude conduzido por intelectuais antilhanos e africanos e ainda à descolonização ocorrida em países da África. Esses temas contribuíram para a reflexão sobre raça, identidade nacional e para a elaboração de um “sujeito político negro” no Brasil (Trapp, 2014, p.35), que pautou o cenário das organizações negras. Podemos afirmar que esses elementos exemplificam como a ênfase em “identidade diáspórica” e a reivindicação de direitos – seja das comunidades negras tradicionais, seja das mulheres que colocaram questões pertinentes ao sexismo e ao racismo –, fazem o caminho para a ação das organizações negras, suas mobilizações e luta por políticas diferenciadas (Avritzer e Gomes, 2013).

Ainda destacamos outras influências internacionais, como os dispositivos jurídicos voltados à defesa dos direitos humanos, contra o racismo e as discriminações raciais: por exemplo,

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção contra a Discriminação no Ensino (1960) e a Conferência Mundial Contra o Racismo e a Discriminação Racial (2001), que teve três edições.

As três edições da conferência contra o racismo foram significativas para a amplitude transnacional da agenda política favorável à erradicação do racismo e contra a intolerância racial. A III Conferência, que aconteceu em Durban, tem sido apontada como relevante por pautar o debate nacional sobre o racismo e a discriminação racial (Costa, 2006; 2012). Para esse encontro, houve a articulação entre organizações do movimento negro no Brasil, sobretudo, segundo Lúcia Xavier, aquelas formadas por mulheres integrantes da Rede Latino-Americana e Caribenha de Mulheres Negras, por exemplo (Alberti e Pereira, 2007, p.366). Como preparação para Durban, aconteceu ainda a Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, realizada no Rio de Janeiro, em 2001, que contou com a participação de organizações do movimento negro, de acadêmicos e de representantes de governo (Fundação Cultural Palmares, 2001). Considerando diversos grupos temáticos, a Conferência Nacional apontou para a educação escolar em toda a sua extensão como um âmbito de continuidade das discriminações e que não poderia ser negligenciada. Deu-se, assim, destaque à produção de políticas afirmativas para ultrapassar as práticas discriminatórias².

As ações afirmativas tiveram espaço no país com a redemocratização, a educação continuou a ser questão de destaque para as associações do movimento negro que, atentas à Constituição Federal de 1988 (1988), se organizaram com vistas a mudanças na educação básica e no ensino superior. Assim, em âmbito federal, houve a criação de políticas educacionais voltadas à diversidade, como no governo de Lula da Silva, com ênfase na diferença cultural. Tais leis ultrapassaram os modelos de assimilação ou de integração de alteridades ao espaço de coexistência cultural e a concessão de direitos aos grupos historicamente discriminados, marcando orientação das perspectivas multicultural e intercultural. Foram apresentados à sociedade e ao sistema educacional instrumentos que alteraram

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado



a Lei 9.394/96 (1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação, com a Lei 10.639/03 (2003) e a Lei 11.645/08 (2008), que tratam do ensino das culturas e das histórias afro-brasileira e indígena, respectivamente (Machado e Fernandes, 2014).

Cabe ainda registrar as ações voltadas à inclusão na educação superior com foco nas cotas sociais e raciais, destinadas a alunos oriundos de escolas públicas, tornando explícito o foco na exclusão econômica e social. Assim, em 2003, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), ambas situadas no estado do Rio de Janeiro, e a Universidade de Brasília (UNB), em 2004, foram algumas das primeiras instituições de ensino superior a estabelecer, por lei, reserva de vagas e de cotas em seus processos seletivos. Por fim, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 186, que confrontava a política de cotas raciais, ajuizada em 2009 pelo Partido Democratas (DEM). Nessa ação, a Educafro, juntamente com seis organizações negras e órgãos públicos, atuou como *Amici Curiae* em defesa das ações afirmativas. Após a decisão, ocorreu a promulgação da Lei 12.711/12 (2012), que instituiu a reserva de 50% de vagas em universidades federais a partir de critérios sociorraciais.

A mobilização popular negra e a rearticulação de sujeitos coletivos e de ideias, baseadas na valorização da diversidade cultural e no combate das desigualdades sociais e econômicas, acontecem em diálogo com outra concepção de Estado nacional que passou a orientar as redefinições democráticas: o multiculturalismo. As sociedades denominadas multiculturais são caracterizadas pela vigência de políticas de governos com recorte diferencialista e demarcam contraste com a concepção de Estado-Nação referida à homogeneidade histórica, linguística e educacional. Em geral, a mobilização política de grupos minoritários é relevante para que o Estado sancione políticas voltadas ao reconhecimento e à reparação das injustiças enraizadas numa sociedade e produzidas por políticas excludentes e assimilacionistas (Kimlicka, 2014).

No Brasil, o movimento por cidadania conduzido por organizações negras resultou em obtenção de direitos coletivos favoráveis ao direito fundiário, no caso dos quilombolas, à cultura e à educação. Esta, a educação, tem sido um âmbito privilegiado quando se fala

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado



na implantação e na efetivação de políticas baseadas na diferença e na diversidade – como informado acima. No tocante aos direitos ancorados em princípios legais como o da igualdade, a conquista de direitos coletivos por afrodescendentes pode ser entendida como parte de uma tática voltada ao enfrentamento das desigualdades, de um lado, com leis de reparação (Hooker, 2014) e, de outro, com leis afirmativas que promovam a valorização cultural. Os dois casos podem ser entendidos como busca por dignidade ou “igualdade de oportunidades” e evidenciam modo de confronto com os “padrões de valoração cultural” que corroboram as desigualdades (Fraser, 2007, p.115).

Sobre as conquistas alcançadas – como as leis federais 10.639 (2003) e a 11.645 (2008) –, tem sido dito que a educação pautada na diversidade étnico-racial precisa incidir sobre a socialização e corroborar outras sociabilidades ao relacionar educação com diálogo e convivência com a diversidade (Candau, 2010). E isso cabe muito bem para as iniciativas que democratizaram o ensino universitário e as demais alterações inauguradas com as citadas leis federais. Podemos dizer que a interculturalidade tem relevância para as reivindicações das organizações negras e para pesquisadores, considerando sua contribuição para a ultrapassagem da concepção liberal de incluir a diversidade numa estrutura social que segue intocada. O entendimento é de que a interculturalidade deve ser entendida como construção crítica à medida que os atores dão curso a projetos e ações que rivalizam com as estruturas e as construções sociais que desumanizam o outro (Walsh, 2012). No Brasil, vemos o posicionamento de movimentos sociais em contribuir para afirmar lugar de enunciação, criticar a produção de conhecimento, que configura o meio intelectual nacional, e compor projetos para enfrentar o ordenamento social da exclusão.

Antropologia, etnografia e a proposta de educação para *negros e carentes*

Para a compreensão da prática da Educafro destacamos a descrição etnográfica (Geertz, 1989), por causa dos desafios diante da imbricação entre a antropologia e a educação, que é focalizada com as iniciativas em prol da democratização do ensino. As ações empreendidas envolvem o entendimento das “condições e ambições” que caracterizam o estilo da prática

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





educativa conduzida em um contexto. Consideramos também a reflexão sobre cultura como invenção, como procedido por Roy Wagner (2012). Este autor registra que a cultura tem a ver com a observação e o aprendizado de outros modos de viver, sobretudo cabe ao antropólogo compreender como os indivíduos inventam seus estilos de vida. Se Clifford Geertz (1989) aponta para a perspectiva de abordar a educação como sistema simbólico e, desse modo, ressalta a possibilidade de investigar diferentes significados colocados por aqueles que a constituem, Wagner (2012), ao criticar a antropologia, enfatiza um aspecto que corrobora nosso objetivo. Ele viabiliza refletir sobre como indivíduos, grupos e sociedades confrontam as invenções culturais, políticas e acadêmicas que delimitam suas existências. Ainda recorreremos à elaboração de Das e Poole (2008), pois favorecem a compreensão dos fazeres, das linguagens e dos lugares daqueles que questionam as práticas do poder do Estado, que não é visto como algo sólido e homogêneo. Trata-se de focalizar os fazeres que estendem e refazem os limites estatais, sobretudo quando colocam questões de sobrevivência e de efetivação de direitos.

O nosso desafio no tocante à etnografia tem a ver também com o recorrer a materiais textuais e videográficos disponibilizados pela rede de educação pesquisada, como o documentário *Militância Educafro*, realizado em 2015. A nosso ver, a abordagem do documentário corrobora a prática da antropologia, sobretudo pela relevância da etnografia para a construção de conhecimento. Este, por sua vez, não se equipara a informações estranhas, exóticas e trazidas de longe, muitas vezes, depositadas em algum armário. O conhecer que emerge do trabalho antropológico não resulta de procedimento canônico, mas tem algo de artesanal com o pensamento a percorrer caminhos e pistas a fim de não se prender a essencialismos quando reflete sobre o outro (Agier, 2015).

Diante do exposto, cabe destacar que para a antropologia, nos dias atuais, o formato digital pode ser tomado como meio de estudo ou como objeto de investigação, sendo que ambas as abordagens expõem tensões com as metodologias tradicionais e os modos de produção de conhecimento (Estalella; Ardevól, 2011). Como parte do universo tecnológico de base eletrônico-binário, a internet, vista como instrumento de pesquisa, favorece o contato

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





com materiais imagéticos e textuais produzidos por diferentes grupos quando se voltam às tecnologias digitais. Em nossa pesquisa, tais materiais não são concebidos como ilustração, mas considerados documentos que veiculam e expressam práticas, significados e concepções. Voltar-se aos meios digitais por meio dos quais diferentes grupos veiculam suas vozes, falam sobre seus modos de vida e visão de mundo é, sem dúvida, um modo de lidar com suas “práticas discursivas” (Rocha; Eckert, 2016, p.73).

Já experimentou acreditar em você?

A Educafro está vinculada a uma associação civil que segue os fundamentos religiosos franciscanos e cristãos, como consta em seu estatuto. Ela é dirigida por um frade da Ordem dos Franciscanos Menores (OFM), instituição que possui mais de 300 anos de atividade missionária no Brasil. A OFM é caracterizada pela solidariedade, pelo diálogo intercultural e inter-religioso como valores, bem como está pautada no voto à pobreza e à peregrinação³, prática que não está ausente no fazer da Educafro, como será visto mais adiante.

A fim de compreender sua atuação e a proposta educativa, visitamos a sede da Educafro no Rio de Janeiro, que se localiza no anexo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, erguida no século XVIII. A igreja forma um complexo que expressa a arquitetura colonial e está localizada no Centro do município do Rio de Janeiro, ao lado da área de comércio popular informal. Em suas portas, encontramos vendedoras de velas e de santinhos, uma barbearia, adeptos de religiões afro-brasileiras e quituteiras de acarajé; mais adiante, vemos pequenos restaurantes e dezenas de vendedores informais que oferecem artigos diversos.

No prédio da igreja, está a sede da Imperial Irmandade, que leva o nome dos santos homenageados, e formada por pessoas adultas com diversidade de aparência. Historicamente, em Portugal, além de brancos, escravos e negros livres já se organizavam em irmandades religiosas, ocorrendo o mesmo no Brasil. Desde o período colonial, diversas cidades passaram a contar com irmandades católicas e algumas fundadas por e para africanos e negros escravizados ou livres. As confrarias negras não podem ser vistas somente como amortecedor social, pois, além de via para aquisição de alforria e auxílios diversos (Moura,

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





1995), são reconhecidas historicamente pela contribuição para a sociabilidade por fomentar a vida comunitária e a identidade para africanos e negros nascidos no país (Karasch, 2010). Como expressão disso, na entrada do salão da Imperial Irmandade, onde acontecem semanalmente aulas de capoeira, encontramos um cartaz próximo a três atabaques, no qual constam: o nome da confraria, a data de sua criação, 1640, e a informação de ali ter sido o nascedouro da *Pequena África*. Trata-se de um território no centro da cidade do Rio de Janeiro, sendo assim nominado por ter sido ocupado por africanos e negros oriundos de diferentes partes do país. Ele tem sido referência para as organizações do movimento negro da cidade como expressão de vida comunitária, criação cultural e outros modos de resistência.

O complexo arquitetônico abriga, ainda, em seu segundo andar, o acervo conhecido por Museu do Negro, composto por fotografias, documentos, esculturas e peças que remetem ao período da escravização de africanos no Brasil – como objetos utilizados para aprisionar e torturar os escravizados –, com destaque a personagens relacionados à resistência – imagens de Zumbi e escrava Anastácia. Faz-se também menção ao império com homenagem à princesa Isabel e ao período da República, com relevo para as personalidades identificadas como sendo negras, além de vultos internacionais como Luther King. O museu, durante sua vigência, foi classificado como Museu da Escravidão, Museu da Abolição e, por fim, Museu do Negro. A inter-relação entre esses períodos históricos ocorre a partir da seleção e do colecionamento de objetos conduzidos pela Imperial Irmandade a fim de compor uma narrativa sobre o negro, a qual contribua para a construção de pertencimento e reconhecimento (Paiva, 2007).

Chegamos à Igreja por volta das 12h30, em uma quinta-feira do mês de maio, justamente quando ocorria uma celebração eucarística com a participação de integrantes da Imperial Irmandade e de muitos fiéis – negros e pardos em sua maioria. Após o término da celebração, nos deslocamos para o segundo andar, onde acessamos o Museu do Negro e, pouco depois, apareceram outros visitantes. Depois da visita, dirigimo-nos ao andar térreo, onde, em uma pequena sala, funciona a sede da Educafro no Rio de Janeiro. Fomos recebidas por um estudante (*voluntário*) que nos informou que a mudança para o local acontecera há poucos dias, tendo saído de um prédio localizado

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





na mesma rua. Recebemos material informativo e tivemos a confirmação do novo local da reunião mensal – para a qual já tínhamos sido convidadas –, que não ocorreria mais naquele local, e sim na Catedral Metropolitana. A atividade estava marcada para o primeiro domingo de junho, estando voltada aos estudantes da rede de educação no estado do Rio de Janeiro, que estão matriculados em 10 (dez) núcleos⁴.

Manhã de domingo, ainda outono, chuva e temperatura de inverno carioca. Chegar ao Centro do Rio foi tarefa fácil, trânsito livre, poucos transeuntes, algumas pessoas em situação de rua. Na Catedral de São Sebastião do Rio de Janeiro, encontramos ônibus e táxis para o desembarque de visitantes interessados na arquitetura religiosa do templo e também no Museu de Arte Sacra da Arquidiocese. Funciona também na catedral a Cáritas, cuja ação visa acolher os *excluídos* como parte da *justiça social*. Essa entidade oferece cursos diversos, como o de geração de renda, e promove o amparo aos refugiados – países da África e da América do Sul – e aos desabrigados.

Quando chegamos, havia cerca de vinte estudantes na sala localizada no subsolo, que seria de multiuso, com cadeiras leves, de plástico resistente, todas brancas, as quais ainda estavam sendo dispostas para a acomodação de visitantes e estudantes que chegavam aos poucos: dois, três, jovens com idades entre 16 e 25 anos, outros com mais de 30 e senhores e senhoras com crianças.

Aqueles com a camisa da Educafro recepcionavam os recém-chegados, entregavam exemplares do jornal, que depois foi lido durante o encontro; outros providenciavam mais cadeiras, outros ainda davam orientação sobre algumas dependências do local – bebedouro, banheiro, por exemplo. A reunião teve início e foi presidida por frei David, religioso negro e dirigente da rede de educação, que, devidamente paramentado com a vestimenta da ordem franciscana, convidou os presentes para que ocupassem as cadeiras da primeira fileira.

Então, Leizer, engenheiro negro e dirigente da Educafro Rio à época, trajando calça, camisa e paletó sem gravata, propôs a leitura de uma frase destacada na apresentação em slides: *Já experimentou acreditar em você?* A pergunta foi então direcionada aos participantes da reunião. As respostas em

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





uníssonos afirmavam que sim e, sem exceção, aqueles que responderam tinham passado para alguma universidade e estavam ali acompanhados por filhos e filhas, que cursavam inglês com bolsas obtidas via Educafro, ou almejavam prosseguir com a frequência em algum curso preparatório para concurso. Em poucos minutos, a sala estava sem uma cadeira vazia, os 120 lugares ficaram ocupados, e alguns presentes ficaram em pé. Outras questões foram mencionadas: houve respostas variadas com a participação dos estudantes e, às vezes, de algum professor (*voluntário*). A síntese do encontro era: como ingressar na universidade pública e prosseguir com os estudos no ensino superior.

A seguir, foi apresentada a edição nacional do *Informativo Educafro News*, do mês de maio, de número 135, Ano XVIII (Educafro, 2016), o qual conta com quinze campos de notícia que versam sobre ENEM, inclusão de negros em instituições financeiras, fraudes na política de cotas raciais e outros temas. A principal manchete *FRAUDES NAS COTAS: EDUCAFRO AÇIONA O MPF* (Educafro, 2016, p.01) foi lida por um dos participantes e, em seguida, alvo de debate e, novamente, os presentes passaram a comentar as demais ações da rede de educação. Frei David fez questão de que os participantes lessem em uníssonos outras manchetes escolhidas por alguém e seguidas para debate, ficando em destaque como essa organização negra recorre à *justiça* como forma de assegurar *direitos* constituídos.

Após os comentários sobre a importância de *acreditar* que a educação é um *direito* e deve ser exercido, bolsistas de cursos de inglês, crianças e jovens foram apresentados e receberam aplausos do público. Alguns dos presentes, principalmente aqueles com a camiseta da Educafro, manifestaram-se a fim de expressar como sua participação na rede de educação foi satisfatória para o ingresso na universidade pública. Depois houve a divulgação e a chamada para integrar o *ato militante* que aconteceria na tarde daquele mesmo dia, no centro da cidade, em prol da educação.

Viagens e visitas para formação

A rede de educação tem, ao longo de anos, fundado núcleos de educação no Rio de Janeiro e em outros estados e também tem realizado viagens e atividades com seus estudantes em

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





diferentes estados e cidades. Ela destaca a educação como via para estimular o aparecimento de *lideranças*, o que se relaciona à *formação cidadã e acadêmica* (Educafro, 2009, p.08). Daí o lugar dado à *militância* ou ao *ativismo*, que possui especificidades. Para entendermos o que seja a *militância* e também a *formação* proporcionada aos estudantes contemplamos o documentário *Militância Educafro*⁵, de 2015, com 11min18s de duração. Ele trata da visita à Brasília, capital do país, inaugurada em 1960, na região Centro-oeste.

O documentário possui três grupos de cenas – a viagem, as visitas e a despedida –, e cada quadro é entremeado com imagens de caminhada e de prática de capoeira. O primeiro grupo de cenas trata da concentração para a viagem, a mobilização na sede da Educafro e dois homens tocando atabaques e utilizados nos diferentes momentos da prática de capoeira. Seguem imagens sobre a viagem de ônibus até o Distrito Federal.

O segundo grupo de cenas trata das visitas aos órgãos públicos, sendo o primeiro o prédio do Ministério da Fazenda para uma reunião entre os representantes da Educafro e os membros do ministério. Dá-se destaque ao debate entre Ariosto Antunes Culao, então Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, o economista Mário Teodoro, consultor da Educafro, e frei David, sobre demandas e condições do governo federal diante de auxílio financeiro a estudantes matriculados na universidade pública. Ao término do encontro, o grupo é recepcionado pelos componentes da associação que permaneceram no exterior do prédio, entoando uma estrofe: *Ei, Zumbi, Antônio Conselheiro na luta por justiça, somos todos companheiros*. As informações são repassadas no local, sendo destacado que o Ministério da Fazenda fará o acompanhamento das demandas e estabelecerá diálogo com os demais ministérios sobre o assunto tratado: o corte no auxílio financeiro dos estudantes em condição de vulnerabilidade econômica.

O Supremo Tribunal Federal (STF) é outro ponto de visita dos integrantes da associação, sendo recebidos no auditório da casa pelo ministro Luís Roberto Barroso e a juíza federal Adriana Cruz, magistrada instrutora do gabinete do ministro Barroso, e ambos falam para e com os integrantes da rede de educação. A juíza Adriana Cruz, apresentada na página do *facebook* da Educafro-

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





Rio como primeira juíza negra no STF, enfatiza a relevância de sensibilizar os juízes de todos os níveis sobre a importância da educação. O ministro Barroso afirma que a validade de agentes promotores da *inclusão social*, como a Educafro, e a defesa que faz das ações afirmativas cooperam com um contexto de *afirmação da identidade negra, de conquista da autoestima e de acesso ao grande ativo do mundo contemporâneo que é o conhecimento*.

A próxima parada do grupo é o Ministério da Educação (MEC), tendo a leitura por Sara Pereira, *ativista e consultora voluntária* da Educafro, de uma carta endereçada a Renato Janine Ribeiro, ministro da Educação à época, que integra uma mesa formada por membros do ministério. No documento, *é solicitada a escolha de um representante negro ou negra para o Conselho Nacional de Educação*. Diego de Souza, outro *militante* e estudante de engenharia, prossegue com a leitura do texto e fala da implantação de um *sistema de acompanhamento e avaliação de desempenho acadêmico de cotistas desde sua entrada até dois anos após a sua formatura para verificar suas condições de acessibilidade ao mercado de trabalho*. Essa manifestação é seguida pelo pronunciamento do ministro da Educação, que diz: *é muito importante que todos, ao longo desses quinhentos anos, que foram vítimas de um desenvolvimento desigual, injusto, que todos eles se organizem, todos eles se organizem para que acabe a desigualdade social e injusta*.

Os *militantes*, em caminhada pela Esplanada dos Ministérios, entoam a frase *não à redução, mais educação* – numa menção à redução da maioria penal – e se dirigem à Câmara dos Deputados. Após uma mesa de debates, há a distribuição de pipas coloridas inclusive para Pepe Vargas, ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos à época, numa defesa da juventude, indo no sentido contrário à proposta de redução da maioria penal, que tem sido um horizonte provável na sociedade brasileira.

Já na Secretaria de Assuntos Estratégicos, voltada ao planejamento de políticas nacionais, Allan Rosa, *ativista e voluntário*, promove a leitura de documento dirigido ao ministro Mangabeira Unger, com solicitação de realização de um seminário com representantes de segmentos minoritários –





negros, ciganos, indígenas, entre outros – a fim de debater ações estratégicas para o país. Por resposta, o ministro, então, afirma que a *qualificação do ensino básico* é o caminho de *libertação do povo brasileiro, reconhecer os gênios desconhecidos na massa pobre, mestiça e negra do país, provê-los de oportunidade*. Isso, no entanto, somente passa a ser possível a partir da *pressão de baixo*, aquela realizada por populares.

Na caminhada estabelecida pela rede de cursos de educação, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a última parada. Ivone Caetano, identificada como a primeira desembargadora negra – o que costuma ser citado nas reuniões da Educafro com os alunos –, apresenta seu depoimento no qual afirma ser a população negra a mais atingida pela desigualdade, que, segundo ela, *reside no preconceito racial existente neste país. É necessária uma reparação. E qual seria a reparação? Estabelecer a igualdade e a igualdade, ela só chega, ou melhor, ela chega melhor quando vem através da educação, quando chega através das oportunidades*. O encerramento da jornada foi com um jogo de capoeira no prédio do STJ.

Considerações Finais: para além do religioso

Visamos abordar a especificidade da ação conduzida pela Educafro, que se apresenta como rede de cursos de educação voltada à população de negros e pobres. Um olhar pautado no conhecimento antropológico viabilizou compreender que a atuação da rede de educação não pode ser contemplada de modo desconectado de um contexto político nacional e internacional e da atividade de confronto das desigualdades por organizações do movimento negro. Isso tem englobado a luta por políticas públicas voltadas ao acesso à educação superior, bem como aquelas promotoras de reconhecimento das contribuições de diferentes povos para outra construção do nacional. A educação não é entendida como algo restrito ao conteúdo disciplinar e a estrita audibilidade de conteúdos escolares com vistas à seleção universitária. Ela é exercitada como espaço de não conformidade, pois se apresenta adequada ao conflito com a estrutura de desigualdades. Nesse sentido, a Educafro tem se posicionado em prol das ações afirmativas – como sua participação no julgamento da ADPF 186 - e isso também envolve o estudante, que se constrói como *militante* com a participação

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado



nas ações realizadas. Isso explicita a educação como algo complexo, haja vista como ocorre o diálogo com o passado de exclusão e o delineamento do futuro.

Essa rede de educação popular tem sua atuação inscrita no campo das organizações negras que elegeram a alteridade como elemento chave para refletir sobre a condição de sujeito, sobre as relações hierárquicas e sobre o reconhecimento do outro como possuidor de direitos de expressar e vivenciar sua diferença (Gomes, 2011). Ela faz isso ao ressaltar viagens a lugares com relevância histórica, política e jurídica e promover a presença da população negra em específicos espaços, bem como suas práticas culturais.

A sede da Educafro na cidade do Rio de Janeiro está alocada em um templo religioso de importância arquitetônica e histórica, que abriga a Imperial Irmandade com contribuição histórica para as comunidades africanas e negras na cidade. Vigora ainda em seu interior o Museu do Negro, que recebe fiéis e visitantes interessados naquilo exposto sobre a “história do negro” (Paiva, 2007, p. 204). Esse conjunto de elementos históricos expressa a inter-relação entre associações negras e um catolicismo envolvido com o questionamento das desigualdades, sobretudo como as primeiras cooperaram para ações de emancipação e de lugar de pertencimento.

Também descrevemos a reunião mensal ocorrida na Catedral Metropolitana, exemplo de arquitetura que marca a paisagem da cidade com sua forma cônica. Como outro lugar religioso e turístico, abriga em suas dependências o encontro da rede de cursos de educação. Nos dois casos, os templos religiosos são apropriados pela Educafro, que afirma seguir os valores da Ordem Franciscana, na preparação do educando que busca promover. Elaborar esse espaço de educação e *formação* é possível, porque as referidas igrejas têm participação em ações de resistência, no caso da Imperial Irmandade, de *justiça social e solidariedade aos excluídos*, considerando a Cáritas como referência da Catedral Metropolitana.

Como a reunião mensal, a viagem tem a ver com a apresentação de reivindicações, com visibilidade de corpos e práticas culturais e ainda com o recebimento de explicações e justificativas. Tudo isso compreende o trânsito por prédios públicos, compondo

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado



o circuito repleto de signos, símbolos e rituais políticos. Com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário os *militantes* manifestam-se, dialogam com autoridades e reivindicam os procedimentos administrativos ou jurídicos que pouco têm corroborado com o confrontar as desigualdades sociais e econômicas. Isso ocorre quando eles se fazem presentes em prédios estatais - que aconteceram também nos anos de 2017, 2018 e 2019 -, leem suas cartas e conversam com representantes do governo. A viagem de militantes e a prática de conversação que empreendem têm sido utilizadas no curso de anos para pressionar o Estado sobre as ações afirmativas, tais como: o acesso de negros e carentes à diplomacia, ao serviço público e ao judiciário, a elaboração e a vigência de mecanismos que visam à permanência do estudante cotista na universidade, assim como outro dispositivo contra a fraude no sistema de cotas.

As atividades da Educafro aqui descritas têm a ver com a alteração da paisagem e com a imposição de sons de atabaques e nomes de heróis negros. Seu fazer pode ser entendido como componente da peregrinação, pois envolve lugares e deslocamentos espaciais distintos do turismo, pautando-se em “representações objetificadas” relacionadas à crença de um coletivo. Abrange ainda relações culturais e sociais entre os componentes do grupo e os “ambientes socioculturais pelos quais ele passa”. Não à toa, a peregrinação tem sido considerada um “paradigma para outros tipos de comportamento, sejam eles éticos, políticos, e outros” (Turner, 2008, p. 156, 184). Desse modo, as iniciativas da Educafro não deixam de expressar outro uso social de cidades, ruas, lugares e edificações e, assim, colocam-nos diante de rede de relações sociais e significados que integram sua especificidade (Carneiro, 2007). As caminhadas por ruas e prédios da capital federal marcam práticas de uso de lugares alçados à condição de patrimônio, assim como falam de suas aspirações e anseios para que outro futuro seja possível. A presença de *militantes*, as práticas, o outro uso de lugares e as conversações podem ser vistas como parte do confronto das invenções que limitam a vida de alguns (Wagner, 2012). Assim, elas explicitam e expressam como aqueles que integram e formam as “margens” atravessam o Estado à medida que exercitam táticas que colocam questões de sobrevivência e de efetivação da justiça (Das e Poole, 2008).

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado





Ao aliar a reunião mensal à viagem, podemos entender que, tendo a vinculação com a Igreja Católica, essa rede de cursos de educação estabelece iniciativas que transbordam as fronteiras do religioso. Além da crença religiosa que caracteriza a iniciativa, outra parece vigorar: a que se vincula aos valores republicanos e democráticos e, nesse sentido, não podemos negar o caráter político de suas iniciativas, incluindo as viagens que executa e sua relevância para a composição de espaços de reivindicação. Então, entendemos haver a vigência de um *ethos* que, por sua vez, está relacionado a uma pedagogia voltada à visibilidade e ao diálogo cultural.

Essa participação fica evidente com o enquadramento final do vídeo porque explicita a complexidade da condição de estudante dessa rede de cursos de educação, que adiciona as categorias *militância* ou *ativismo* como outro nível de vinculação, construção de conhecimento e *formação* de seus estudantes. Então, ser estudante e ser *militante* não são fazeres equivalentes, sobretudo porque a *militância* tem a ver com o envolvimento nas atividades, nas viagens, apresentação de reivindicações e forçar justificativas de modo a marcar a transformação subjetiva. Trata-se de internalizar disposições e valores considerados fundamentais para a busca por *justiça social*. Isso é constitutivo do *compromisso com o Brasil inclusivo*, como destacado pela Educafro, que envolve a *luta* para inserir na universidade corpos, vozes, reivindicações, expressões culturais e questões sociais.

Consideramos que a Educafro atua no sentido de aliar ações que dialogam com valores como tradição e modernidade e assim se constitui, sendo a tradição composta por elementos diversos: religião e autoridade, que estão em sua organização. A modernidade é também concebida no plural, porque as ações estão voltadas a reivindicar e a assegurar a igualdade, o reconhecimento, o direito à expressão e ainda a responsabilidade das autoridades governamentais com as leis nacionais. Assim, suas ações estão relacionadas aos valores democráticos e republicanos. Elas também evidenciam o individualismo, com os projetos e as realizações de cada um, sem, contudo, prescindir da atuação coletiva. Mais do que impacto religioso, a Educafro visa afetar a subjetividade dos estudantes. Como *militantes*, eles devem usufruir e, acima de tudo, reivindicar políticas públicas e atuar para preservar aquelas já conquistadas, bem como seu

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado



aprimoramento. Desse modo, ele também se torna responsável pela promoção e atuação na democracia participativa, bem como por assegurar a *reparação* das desigualdades históricas que tem sido cobrada do Estado nacional por organizações do movimento negro.

Por fim, a compreensão que temos da Educafro será ainda ampliada em trabalhos futuros, o que torna necessário interagir com os estudantes de forma mais próxima. Teremos, portanto, mais aspectos sobre o ponto de vista daqueles que são o público-alvo que a rede pretender formar.

Referências Bibliográficas

- AGIER, M. Encontros etnográficos: interação, contexto, comparação. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- ALBERTI, V; PEREIRA, A. A. Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- AVRITZER, L.; GOMES, L. C. B. Política de reconhecimento, raça e democracia no Brasil. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 01, p. 39-68, 2013.
- BRASIL. Lei 12.711/12. Diário Oficial da União, 30/08/2012, p. 1.
- _____. Lei 11.645/08. Diário Oficial da União, 11/03/2008, p. 1
- _____. Lei 10.639/03. Diário Oficial da União, 10/01/2003, p. 1
- _____. Lei 9.394/96. Diário Oficial da União, 23/12/1996, p. 27833.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>.
- CANDAU, V. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, p.13-37, 2010.
- CARNEIRO, S. M. S. A pé e com fé: brasileiros no caminho de Santiago. São Paulo: Attar, 2007.
- CONTINS, M. Objetivos e estratégias da ação afirmativa: uma bibliografia. *BIB*. Rio de Janeiro, v. 57, p. 91-102, 2004.
- _____. Estratégias de combate à discriminação racial no contexto da educação universitária. In: PAIVA, A. R. P. (Org.). *Ação Afirmativa na Universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil/Estados Unidos*. Rio de Janeiro: PUC, Desiderata, p. 109-148, 2004.

- COSTA, S. Regimes de coexistência interétnica no Brasil e na Alemanha: contribuições a um debate inexistente. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, Número temático: Imigração, Diversidade e Convivência Cultural, p. 235-259, 2012.
- _____. *Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DAS, V; POOLE, D. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, p. 19-52, 2008.
- EDUCAFRO. Rumo à construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. São Paulo, 2009.
- _____. *Informativo Educafro News*, N. 135, Ano XVIII, maio 2016. Disponível em: <<https://www.educafro.org.br/site/educafro-news/>>.
- ESTALELLA, A.; ARDEVÓL, E. E-research: desafíos y oportunidades para las ciencias sociales. *Convergencia* (Revista de Ciencias Sociales), Toluca (México), v. 18, n. 55, p.87-111, enero-abril 2011.
- FRASER, N. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, n.70, p.101-138, 2007.
- FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Pré-Conferência Nacional Brasileira, 2001. Disponível em: <<http://www.mulheresnegras.org/doc/pre%20conferencia%20rj.pdf>>.
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.
- GOMES, N.L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Revista Política e Sociedade*, Florianópolis, v.10, n.18, p.133-154, abr. 2011.
- GUIMARÃES, A. S. A. Depois da democracia racial. *Tempo Social*, São Paulo, USP, v.18, n. 2, p. 269-287, nov. 2006.
- _____. Desigualdades raciais em novo regime de estado: as ações afirmativas no governo Lula. Trabalho apresentado no XXVII Congresso Internacional da LASA, 2007.
- _____. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
- HOKER, J. Negociando “negritude” em um estado multicultural: política creole e identidade na Nicarágua. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v. 08, n.01, p.72-88, 2014.
- KARASCH, M. Construindo comunidades: as irmandades dos pretos e pardos. *História Revista*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 257-283, jul./dez. 2010.

- KIMLICKA, W. Multiculturalismo: o sucesso, o fracasso e o futuro. *Revista Interfaces Brasil/Canadá*, v. 14, n. 18, p. 123-174, 2014.
- MACHADO, Elielma A.; FERNANDES, Otair. Políticas de ação afirmativa e educação no Brasil: para além da cor e da raça. In: FARIAS, P.S.; PINHEIRO, M.L. (Orgs.) *Novos estudos em relações étnico-raciais: sociabilidades e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, p. 157-172, 2014.
- MAGGIE, Y. Os novos bacharéis. *Novos Estudos do CEBRAP*, São Paulo, 52, p.193-202, mar. 2001.
- MOURA, R. Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- NASCIMENTO, A. Negritude e cidadania: o movimento dos cursos pré-vestibulares populares. In: ROMÃO, J. (Org.) *História da educação do negro e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação, p. 139-156, 2005.
- ONU. Convenção contra a Discriminação no Ensino, 1960. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvRelLutContDiscEsfEns.html>>. Acesso em: 21 mai. 2019.
- ONU. Convenção pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, 1965. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/legislacao/legislacao-docs/quilombola/convencao.pdf>>. Acesso: em 21 mai. 2019.
- ONU. Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, 2001. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf>. Acesso: em 21 mai. 2019.
- ONU. Declaração Universal de Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso: em 21 mai. 2019.
- ONU. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, 1966. Disponível em: <<http://www.cne.pt/content/onu-pacto-internacional-sobre-os-direitos-civis-e-politicos>>. Acesso em: 21 mai. 2019.
- ONU. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, 1966. Disponível em: <<https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/09/PIDESC.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

- PAIVA, A.L.S. Museu dos Escravos, Museu da Abolição: o Museu do Negro e a arte de colecionar para patrimoniar. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. S; SEPULVEDA, M. (Orgs.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, p. 203-228, 2007.
- ROCHA, A.L.C. da; ECKERT, C. Antropologia em outras linguagens: considerações para uma antropologia hipertextual. *RBCS*, v. 31 n° 90, p.71-85, 2016.
- SALVADOR, A. C. Ação afirmativa na PUC-Rio: a inserção de alunos pobres e negros. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2011.
- SANTOS, S. A. Ações afirmativas nos governos FHC e Lula: balanço. *Revista Tomo*, São Cristovão, n. 24, p.37-84, jan./jun. 2014.
- TELLES, E; PAIXÃO, M. Affirmative action in Brazil. *LASA Forum*, 44(2), 10-12, 2013.
- TRAPP, Rafael Petry. (2014). A conferência de Durban e o antirracismo no Brasil (1978-2001). Dissertação de Mestrado. PPGH/ PUC-RS.
- TURNER, V. Dramas, campos e metáforas – ação simbólica na sociedade humana. Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.
- WAGNER, Roy. A invenção da Cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- WALSH, C. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. *Joaçaba: Visão Global*, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.
- ZAGO, N. Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n.1, p. 146-174, jan./jun. 2008.

Vídeo

Militância Educafro, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cX9TPd8Cksc>>.

Sites consultados

<http://www.educafro.org.br/rio/nucleos>

<http://www.franciscanos.org.br/>

<http://www.mulheresnegras.org>

<https://www.youtube.com/watch?v=cX9TPd8Cksc>

**Formação militante e ação afirmativa:
reflexões sobre a prática e
o projeto da Educafro**

Márcia Leitão Pinheiro
Elielma Ayres Machado

Notas

- 1 Foram agraciados com a Ordem Latino-Americana a professora Nilcéia Freire, ex-reitora da UERJ, Mario Theodoro Lisboa, pesquisador e, à época, secretário-executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), e frei David dos Santos (Educafro). [voltar]
- 2 Pré-Conferência Nacional Brasileira. Documento disponível em: <<http://www.mulheresnegras.org/doc/pre%20conferencia%20rj.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2019. [voltar]
- 3 Fonte: <<http://www.franciscanos.org.br/>>. Acesso em: 21 mai. 2019. [voltar]
- 4 Os núcleos estão localizados nas seguintes áreas: Centro, Zona Oeste e Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Ainda estão presentes nos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti (Baixada Fluminense). Disponível em: <<http://www.educafro.org.br/rio/nucleos/>>. Acesso em: 25 jul. 2019. [voltar]
- 5 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cX9TPd8Cksc>>. Acesso em: 12 abr. 2018. [voltar]



Este número da Revista Praia Vermelha foi projetado e diagramado em abril e maio de 2020 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).